



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
POLO UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ-AÇU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE PEDAGOGIA

RAQUEL XAVIER VILHENA

RESISTÊNCIAS NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO
COMO EFEITOS DE DISCURSOS (NEO) CONSERVADORES

TOMÉ-AÇU
2022

RAQUEL XAVIER VILHENA

RESISTÊNCIAS NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO
COMO EFEITOS DE DISCURSOS (NEO) CONSERVADORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia,
Faculdade de Educação e Ciências Sociais,
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Vilma Nonato de Brício

TOMÉ-AÇU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

X3r Xavier Vilhena, Raquel.
 RESISTÊNCIAS NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO,
 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO COMO EFEITOS DE
 DISCURSOS (NEO) CONSERVADORES / Raquel Xavier
 Vilhena. — 2022.
 18 f.

 Orientador(a): Profª. Dra. Vilma Bricio
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
 Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
 Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

 1. Gênero, sexualidade e educação . I. Título.

CDD 370

RAQUEL XAVIER VILHENA

RESISTÊNCIAS NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO
COMO EFEITOS DE DISCURSOS (NEO) CONSERVADORES

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito para
obtenção de grau de Licenciada Plena em
Pedagogia, pela Universidade Federal do
Pará, Faculdade de Educação e Ciências
Sociais. Orientadora: Profa. Dra. Vilma
Nonato de Brício

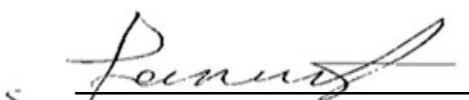
Data de aprovação: 26/08/2022

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Vilma Nonato de Brício – Orientadora

Orientadora – UFPA



Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento – Avaliador/UFPA

Examinador Interno – UFPA

RESISTÊNCIAS NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO COMO EFEITOS DE DISCURSOS (NEO) CONSERVADORES

Raquel Xavier Vilhena

raquelx.vilhena@gmail.com

Vilma Nonato de Brício - Orientadora

vilma@ufpa.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a aliança conservadora no Brasil e seus ataques a educação frente aos debates de gênero e sexualidade, bem como a articulação da bancada religiosa a fim de engajar simpatizantes e ir conquistando cada vez mais espaço na escola. Podemos destacar entre elas a campanha contra a chamada “ideologia de gênero”. Além disso, a retirada das palavras “identidade de gênero” “orientação sexual” nas discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Propostas que tem foco nas discussões a respeito da diversidade (gênero e sexualidade) além dos ataques a educação, pois gera restrições na atuação dos professores/as e na construção de uma escola mais democrática e pluralista. A partir deste contexto, esse artigo visa evidenciar não só estas reformas educacionais em sua relação com o contexto social, político, e cultural como também analisando suas consequências na escola. Para isso, foi realizada uma pesquisa teórica bibliográfica, assim como a análise da (BNCC), e processos de resistência a esses discursos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Educação; BNCC.

Abstract: This article aims to analyze the conservative alliance in Brazil and its attacks on education in the face of gender and sexuality debates. As well as the articulation of the religious bench in order to engage sympathizers and conquer more and more space in the school. We can highlight among them the campaign against the so-called “gender ideology”. In addition, the removal of the words “gender identity” and “sexual orientation” in discussions about the national common curriculum base (BNCC) Proposals that focus on discussions regarding diversity (gender and sexuality) in addition to attacks on education, o it generates restrictions in the performance of teachers and in the construction of a more democratic and pluralistic school. From this context, this article aims to highlight not only these educational reforms in their relationship with the social, political, and cultural context, but also analyzing their consequences at school. For this, a theoretical bibliographic research was carried out, as well as the analysis of (BNCC), and processes of resistance to these discourses.

Key Words: Conservatism; Education; BNCC.

1. Introdução

Estamos vivenciando um crescimento significativo do discurso conservador, ele vem ganhando forças nas instituições escolares, pois o conservadorismo moral e político aparecem como o “novo” e a “mudança”. Segundo Barroco (2022), o conservadorismo reproduz em sua função ideológica o que pode ser considerado um conjunto de valores e costumes historicamente preservados de um determinado lugar e tempo, preservando suas respectivas tradições. No caso o conservadorismo brasileiro, acredita-se que sua Ascensão tenha começado a partir do golpe da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e está sendo mantido em suas dimensões pelas nossas elites, que por sua vez apresentam características racistas, preconceito com as classes e principalmente seu horror ao comunismo. A concepção conservadora atinge diversas esferas da realidade social incorporando ações sociais ligadas a razão em decorrência de crenças e dogmas a exemplo as religiões explicando diversas questões através de valores morais.

O debate sobre família e consequentemente as relações de gênero e sexualidade no currículo escolar estão sendo ameaçadas com a imposição do pensamento conservador, de modo que este assume projetos a favor da “família”, constituída estruturalmente de maneira unilateral de uma relação heterogênea por homem, mulher e filhos. Além disso, o conservadorismo brasileiro faz alusão ao orgulho heterossexual, e assume uma postura anti-humanista desqualificando a luta de classes e o direito da mulher, naturalizando os discursos de ódio e menosprezando suas consequências. Desse modo, podemos destacar a campanha contra “ideologia de gênero” onde os grupos conservadores acreditam que os professores/as “comunistas” ensinam nas escolas crianças e adolescentes a “mudar de sexo”, incentivam a homossexualidade.

Esse discurso tem seu alicerce na comunidade, no seu contexto histórico, cultural e político dos brasileiros, pois eles carregam valores tradicionais da ideologia conservadora. O conservadorismo a maioria das vezes atua de maneira violenta e irracional, o que explica a retirada das palavras “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para impedir o debate de gênero e sexualidade nos diversos planos das escolas municipais e estaduais, pois o documento em suas versões anteriores estabelecia conhecimentos e habilidades das dimensões da sexualidade humana (biológica, afetiva e cultural).

Ainda assim, tramitam no congresso vários projetos de lei que tem intuito de proibir determinados conteúdos que serão abordados em sala de aula, entre eles estão os debates de gênero e sexualidade. Os/As professores/es que se arriscam a desafiar estas ações conservadoras e reacionárias são coagidos e intimidados a conduzir seus trabalhos dentro das normativas constitucionais. Em vista disso, o contexto escolar atual convive com diversas situações ligadas a abordagem da sexualidade com os educandos e por esse motivo surge a questão: Como tem se constituído os retrocessos e resistências nas discussões de gênero, sexualidade e educação como efeitos de discursos (neo)conservadores? A proposta de pesquisa se aproxima da abordagem qualitativa, e pesquisa teórica bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas, já analisadas, e publicadas por meios de artigos científicos, livros e revistas como também através grupo de pesquisa Sexualidade e escola (GESE) no texto foi usado autores como Louro (2000), Junqueira (2008, 2020), Barroco (2022), Sepulveda; Sepulveda (2019) e Lockmann (2020).

2. Gênero e sexualidade: avanços do pensamento conservador no Brasil

A configuração sócio-política brasileira após o golpe da presidenta Dilma Rousseff¹ em 2016 desencadeou uma movimentação nas estruturas sociais e políticas fazendo com que o Brasil se aproximasse da ofensiva conservadora através dos partidos de direita e extrema direita. Em razão disso, o conservadorismo sempre esteve presente na direita política do Brasil, a favor das elites brasileiras na qual refletem a própria manutenção do *status quo* e conservam os valores estabelecidos pelo conservadorismo moral.

De algum modo, e em diferente medida, costumam integrar essas investidas morais estruturas eclesiais, organizações e movimentos religiosos e grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas. Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, tais cruzadas envolvem, além da hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extremadireita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros (JUNQUEIRA, 2008, p. 451-452).

Os grupos conservadores defendem a “família tradicional” e não reconhecem as uniões civis entre as pessoas do mesmo sexo, assim como os movimentos LGBTQIAP+, os

¹ Dilma Rousseff é uma economista e política brasileira, filiada aos Partidos dos Trabalhadores (PT). Foi a primeira mulher a ocupar um cargo de presidente do Brasil. O seu mandato iniciou de 2011. Até seu afastamento por um processo de Impeachment em 2016.

grupos feministas, valorizam o masculino, heterossexual, cristão, adulto, cristão, classe média. Segundo Louro (2000, p. 24)

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.

As questões relacionadas ao direito da mulher, gênero e o direito a diversidade sexual são pautas invalidadas pelo pensamento conservador e carregam concepções exclusivas do próprio conservadorismo. Dessa forma, o debate sobre a família e conseqüentemente as questões de gênero e sexualidade tornaram-se alvos principais do pensamento conservador porque sustentam “valores” que essencialmente estão alicerçados e estabelecidos através da moral conservadora.

As eleições no Brasil podem ser entendidas como um movimento capaz de impactar a política brasileira, conveniente das diversas questões que impulsionam a cobertura eleitoral. São temas diversos, nos anos anteriores a 2016, foram pleiteados aos candidatos a eleição temas, relacionados a ética e cidadania. Em virtude disso, as eleições dos anos de 2010 à 2018, as questões de gênero e sexualidade estavam no centro da cobertura dos debates.

A então candidata à presidência Dilma Rousseff (PT) no seu programa de governo declarou suas intenções, que estavam voltadas diretamente as questões relacionadas ao aborto, união homo afetiva e gênero.

Entretanto, essas temáticas acarretavam certa inquietação nos grupos ultraconservadores, de várias designações políticas e religiosas. Dessa forma, em uma tentativa de reduzir o desconforto para com esses grupos a partir, de seus planos e interesses, a ex-presidenta Dilma Rouseff, demonstrou um certo comprometimento com o grupos de evangélicos, que mais tarde acarretaria uma série de disputas relativamente ligadas as pautas de gênero e sexualidade no Congresso Nacional. Desse modo, para Louro (2000) o que causa insatisfação a respeito das práticas não heterossexuais, são as manifestações que possibilitam que esses grupos tenham visibilidade social, e alcance espaços privilegiados na sociedade.

O que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não-heterossexuais. Revistas, moda, bares, filmes, música, literatura, enfim todas as formas de expressão social que tornam visíveis as sexualidades não-legitimadas são alvo de críticas, mais ou menos intensas, ou são motivo de escândalo. Na política de identidade que atualmente vivemos serão, pois, precisamente essas formas e espaços de expressão que passarão a ser utilizados como sinalizadores evidentes e públicos dos grupos sexuais subordinados (LOURO, 2000, p. 20).

Desse modo, o comprometimento com os grupos evangélicos, articulado ao fato de Dilma Rousseff, se tornar a primeira mulher a ocupar um cargo máximo, provocou certo descontentamento, ligado ao fato do machismo estrutural, que crê na inferioridade da mulher e está associado a um forte senso de “orgulho” masculino, ou a própria masculinidade exagerada. As mídias sensacionalistas preparavam coberturas a maneira de tentar desmoralizar e invalidar as condutas da presidenta.

As matérias e reportagens apresentavam a maioria das vezes uma atitude extremamente violenta e irracional. Durante o período do impeachment, esses atentados midiáticos se intensificaram até o afastamento de Dilma Rousseff em abril de 2016. O vice Michel Temer² (Partido Democrático Brasileiro) assumiu a presidência.

A partir desse momento, podemos dizer, que a política brasileira foi marcada por diversas medidas relacionadas as reformas trabalhistas e corte de gastos na educação e saúde. Temer se manifestou contrário as posições de Dilma Rousseff e articulou pessoalmente o apoio ao seu afastamento. O golpe não só simbolizou a força midiática como também, a expressividade dos setores religiosos e conservadores no governo.

As eleições presidenciais de 2018, o candidato a presidência pelo (Partido Social Liberal-PSL) Jair Messias Bolsonaro³, ganhou a eleição em disputa com Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴. Bolsonaro em seus planos de governo apresentava uma posição de apoio às comunidades religiosas de várias denominações, os seus pronunciamentos e opiniões demonstravam uma fala extremamente conservadora, baseado na moral religiosa, e desconsideram as pautas relacionados à população LGBTQIAP+, mulheres, negros e direitos humanos.

Além disso, Bolsonaro interpretou as questões de gênero e sexualidade para o sentido contrário, como “incitação ao sexo” na tentativa de desencadear nas pessoas indignação, acerca dessas temáticas na escola, de modo a apelar para honestidade dos “cidadãos de bem”

Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e "modos de vida" ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe. Para os grupos que estão comprometidos com a mudança sexual também são colocados desafios, como lembra Weeks, na

² Michel Temer é um político brasileiro, filiado movimento democrático brasileiro (MDB) e foi presidente do Brasil de 2016 a 2019, após o impeachment da titular Dilma Rousseff.

³ Jair Bolsonaro é militar reformado e político brasileiro. Foi vereador e deputado federal. Se elegeu presidente no ano de 2019.

⁴ Fernando Haddad é professor, advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministro da educação de 2005 a 2012, nos governos Lula. É professor de ciência política na Universidade de São Paulo (USP).

medida em que essas identidades de oposição acenam para o movimento constante (LOURO, 2000, p. 22).

Além disso, as controvérsias acerca do discurso de gênero e sexualidade tornaram-se um objeto de articulação, que durante as campanhas eleitorais, são usadas para obter apoio da camada conservadora da sociedade ou daqueles que acreditam em falas equivocadas, falaciosas, sem bases científicas. Evidentemente, esse apoio não se dá apenas das pessoas que se sentem representadas por esse discurso, mais também através das alianças entre conservadorismo e liberalismo econômico. Dessa forma, o conservadorismo moral, utiliza as pautas de gênero e sexualidade para se sobressair à medida que as questões de “gênero” são entendidas de maneira “errônea” como um conceito que ameaça a “família tradicional” composta de maneira unilateral por homem e mulher.

Logo, a mobilização contrária é chamada de “ideologia de gênero”. Todavia, a vitória democrática de Bolsonaro, resultou na apreensão das classes menos favorecidas em vista, dos seus discursos de ódio que eram proferidos publicamente, e até mesmo fragilidade democrática pós golpe. Ainda assim, as questões de gênero e sexualidade continuaram sendo o seu centro de atuação, ao falar sobre uma determinada cartilha, que seria distribuída na escola como material pedagógico que supostamente incentivaria ensinar sexo para as crianças, esse material foi denominado “kit gay”.

A ansiedade sexual é notória nos pronunciamentos do governo, cuja referência a situações que envolvem questões de gênero ou de orientação sexual é sistemática. A adesão a uma moral sexual machista e homofóbica tornou-se explícita com a divulgação dos mitos que criaram ideologicamente o chamado “kit gay” e deturpam a discussão de gênero nas escolas. Há uma obsessão irracionalista de Bolsonaro e de seus seguidores com o que chamam de “sexualidade precoce” provocada, segundo eles, pelos “comunistas” nos governos do PT, acusado de pretender perverter as crianças, transformá-las em homossexuais e jogá-las no inferno das drogas para dominar o mundo (BARROCO, 2022, p. 17 apud SOARES, 2020, p. 40).

Diante das divulgações criadas a partir do suposto “kit gay” o Tribunal Superior Eleitoral precisou intervir e Bolsonaro foi impedido de fazer campanha política, nas questões relacionadas ao “kit gay”. As eleições de 2018 foram marcadas por muitas turbulências, sobretudo, por conta das notícias falsas, nas redes sociais, e muitas estavam relacionadas as questões de “gênero e sexualidade”.

Alguns políticos também sofreram ataques, devido a essa onda de Fake News e ofensiva conservadora. Como os deputados Jean Wyllys (PSOL)⁵, Manuela D’ávila (PT)⁶ e

⁵ Jean Wyllys é jornalista, professor universitário e político brasileiro. Filiado ao PT é ex deputado federal pelo Rio de Janeiro.

⁶ Manuela D’Ávila é jornalista e política brasileira. Foi deputada estadual e candidata a vice-presidência em 2018.

Maria do Rosário (PT)⁷. Todos estavam comprometidos com pautas ligadas a gênero, sexualidade e direitos humanos. Dessa maneira, Bolsonaro e a bancada evangélica afirmam que as expressões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade na escola fazem parte da “ideologia de gênero”.

Atualmente, renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais. Esses discursos não são, obviamente, absolutos nem únicos; muito pelo contrário, agora, mais do que antes, outros discursos emergem e buscam se impor; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, política e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas (LOURO, 2000, p. 22).

Para engajar mais pessoas nas práticas e políticas conservadoras Bolsonaro fez algumas reformas ministeriais, durante o seu governo, uma dessas, foi a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Para liderar o cargo Bolsonaro escolheu a pastora Damares Alves que já atuava como assessora parlamentar da bancada evangélica. A pastora Damares criou vários projetos voltadas as temáticas de gênero e sexualidade. Um dos seus projetos tratava-se da criação de um Disque 100 para denúncias, contra escolas e professores que abordassem questões contra a moral religiosa, uma proposta extremamente conservadora, excludente e discriminatória.

Dessa forma é notório que assim como Bolsonaro e ministra Damares Alves as questões de gênero e sexualidade, sempre estarão no centro de seus discursos, como temas a serem questionados, com o objetivo de estimular a desorientação da população a respeito desses temas extremamente importantes dos nossas crianças e adolescentes.

Em razão disso, esses temas seriam importantes para nossas crianças, a fim de diminuir a violência e os discursos de ódio dos grupos discriminados, para garantia dos direitos e até mesmo da integridade moral e física dos alunos, independente de gênero e da orientação sexual.

3. Conservadorismo no currículo escolar

No início do mês de maio de 2016, o então ministro Aloizio Mercadante⁸ entregou a segunda versão da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Contudo, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a segunda versão da BNCC foi retirada

⁷ Maria do Rosário é professora e política brasileira, deputada pelo Rio Grande do Sul e é filiada ao PT.

⁸ Aloizio Mercadante é professor acadêmico, economista e político brasileiro, também foi ministro da educação nos governos Dilma Rousseff.

do CNE. Dessa forma, durante o governo do presidente Michel Temer, até então vice de Dilma Rousseff, a BNCC tomou novos rumos (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019).

Dessa forma, o novo ministro da educação, José Mendonça Bezerra Filho⁹, deu continuidade na elaboração do documento, decidiu não mais deixar que a segunda versão fosse para avaliação do CNE, sobre a argumentação que o documento precisava ser mais debatido. A terceira versão foi enviado para imprensa no dia 6 de abril de 2017, e continha no documento os termos “gênero e orientação sexual”. Desse modo, quando o documento foi entregue ao CNE para avaliação já não constavam esses devidos termos.

Desse modo, foram deletados do texto do Plano Nacional e da versão final 675 do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os conceitos gênero e orientação sexual, como também de textos dos planos municipais e estaduais de educação de várias regiões brasileiras. Estes ataques foram fartamente noticiados em diferentes mídias (SILVA, 2022, p. 675).

O MEC foi alvo de críticas por partes dos movimentos LGBTQIA+, pois tinha cedido às pressões impostas pelos grupos conservadores da bancada religiosa. Essas modificações das questões de gênero e sexualidade foram retiradas da disciplina de ciências do 8º ano do ensino fundamental. Entre as habilidades desenvolvidas pelos alunos estaria a capacidade de entender acerca das dimensões da sexualidade humana (biológica, afetiva e cultural).

Alguns assuntos não podem ser tematizados no currículo. A escola, enquanto espaço plural e democrático, torna-se perigosa e corrosiva às subjetividades ¹⁰forjadas pelo fundamentalismo religioso. A diferença, seja ela de gênero, de raça, de deficiência, precisa ser excluída e afastada (LOCKMANN, 2022, p. 213).

Portanto após a publicação da terceira versão os grupos conservadores continuaram fazendo duras críticas ao documento e mais alterações foram feitas na BNCC para atender os interesses desses grupos. Sobretudo, com a ideia de ideologia de gênero.

Logo, foi no governo Temer que o discurso conservador conquistou um lugar na BNCC. A bancada religiosa chegou até cogitar na produção de um outro documento. Uma versão totalmente escrita pelos parlamentares católicos e evangélicos. Dessa forma, o conservadorismo os grupos religiosos acreditam que assuntos relacionados a gênero e sexualidade vão perverter os alunos, assim como destruir as famílias (tradicional). Ou seja, acreditam fielmente na premissa que a escola está ensinando os alunos a serem gays e

⁹ José Mendonça Bezerra Filho é administrador e político brasileiro. Foi ministro da educação nos governos Michel Temer

lésbicas. Desde de sua elaboração a BNCC, despertou interesse da parte conservadora, com a preocupação de que o documento fosse uma ameaça para a hegemonia cristã brasileira.

De fato, as reações ultraconservadoras às propostas de inclusão das temáticas de gênero nos planos de educação costumam ser apontadas como o início das grandes mobilizações antigênero no país. A partir desse momento, a ofensiva se espalhou de forma ruidosa e virulenta, angariando apoios, sobretudo, de lideranças neopentecostais, com grande visibilidade, além da adesão orgânica ou oportunista de atores políticos de diferentes orientações ideológicas. (JUNQUEIRA, 2022 p.47).

Além disso, a educação brasileira através dessas mudanças curriculares apresenta um momento crítico, de retrocesso, em vista dos grupos minoritários que mais sofrem violência no país.

Desse modo, a terceira versão da BNCC se adequou bastante o pensamento conservador religioso, em relação as propostas do movimento escola sem partido e ideologia de gênero. Portanto essa versão final recebeu críticas fortes, não só por sua rápida elaboração como também pela falta de comunicação por parte dos educadores e comunidade educacional, bem como a sua articulação com as propostas neoliberais e conservadoras. Logo, essa proposta curricular atende os grupos religiosos e também os grupos empresariais que disputam a escola. Esses grupos se aproveitam da fragilidade das escolas públicas para favorecer seus interesses pessoais.

No bojo dessas discussões, podemos encontrar os vastos ataques proferidos às escolas e às universidades por sua laicidade, por abordar assuntos que não são condizentes com certos valores e crenças familiares. A exclusão de temas como gênero e sexualidade dos currículos escolares, por exemplo, mostra o avanço do conservadorismo e do fundamentalismo na educação brasileira (LOCKMANN, 2022 p. 219).

Foi nesse conjunto de interesses que a abordagem de gênero foi retirada da BNCC, bem como a inserção da disciplina ensino religioso como componente das ciências humanas. É importante ressaltar que a proposta acerca da disciplina não se trata da abordagem das múltiplas religiões pelo contrário, além de não ser possível que os alunos aprendam sobre todas as religiões, a disciplina tem uma proposta limitadora e permite que os alunos apenas aprendam sobre as religiões cristãs. Isso significa o quanto o discurso conservador avançou na escola, ferindo o princípio da laicidade do Estado. Ou seja, ao definir a disciplina de ensino religioso como campo das ciências humanas, ela aparentemente ganha caráter científico.

Nesse sentido torna-se evidente o impacto do conservadorismo no currículo escolar irá de certa forma dificultar o a vida dos professores em sala de aula. Assim como, prejudicar os próprios alunos processo de ensino e aprendizagem. E silenciar os descritores de gênero e diversidade sexual significa a não discussão destes, uma vez que contradiz os preceitos cristãos e conservadores.

4. A reconfiguração das resistências diante das campanhas contra relações de gênero e diversidade sexual na educação

Não é novidade que os diversos grupos conservadores venham se articulando para mobilizar ações contra o debate de gênero e sexualidade na educação, há tempos está sendo implantado no imaginário político e social, a invenção da ideologia de gênero afim provocar uma perseguição a temática gênero e sexualidade na educação. Sobretudo, a ideia de que na escola se ensina as crianças potencialmente se tornarem LGBTQIAP+, em razão disso, os setores conservadores de certa forma conseguiram mobilizar campanhas anti-gênero no combate a sexualização precoce das crianças. Por conseguinte, é considerada uma suposta uma ameaça a inocência das crianças e a família tradicional.

Assim, não surpreende que, no caso das políticas educacionais, sejam os próprios agentes do Estado, atuando articuladamente em uma autêntica cruzada reacionária e antigênero, a realizar ou a estimular investidas contra a escola pública, com vistas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e socialização para o convívio plural, cidadão e democrático. Para enfrentar e resistir a essa ofensiva é importante levar em consideração os discursos que aciona suas dinâmicas, suas estratégias e suas distintas possibilidades de operar e produzir efeitos ao longo do tempo e do espaço (JUNQUEIRA, 2022, p. 45).

Essa suposta destruição da família tradicional estaria ligado a noção de inocência das crianças, acarretou no acionamento dos grupos conservadores voltados contra o direito a diversidade sexual, bem como a integridade moral e física dos sujeitos LGBTQIAP+ e também, a educação para diversidade sexual e de gênero.

Dessa forma, os grupos conservadores criminalizam as discussões de gênero nas escolas e intimidam os professores que se arriscam a desafiar estas ações conservadoras e reacionárias a conduzir seus trabalhos dentro das normativas constitucionais, no caso, a discussão e o tratamento das questões de gênero em ambiente escolar com o intuito de restringir que haja mudanças na escola.

Os Grupos conservadores não compreendem a importância dessas temáticas para escola, e sua necessidade no combate aos preconceitos uma vez que na escola os alunos são ensinados sobre diversidade e tolerância.

Logo, na escola deve ser garantida a laicidade do estado. E de modo algum a escola deve agir em função de grupos religiosos, na tentativa de permitir que se ensine uma moral religiosa (cristã) e a favor da família tradicional. Para Colling (2018), muitas igrejas ocupam um lugar de poder decidindo o que podem e o que não podem sobre nossos corpos. Uma

dessas questões nas nossas escolas trata-se da gravidez na adolescência, as informações acerca dos métodos contraceptivos e abuso sexual. Os grupos conservadores qualificam as polêmicas e desconsideram os impactos que essas problemáticas têm causado na vida dos nossos alunos.

Para tanto, entre outras coisas, foram cruciais suas metódicas ações voltadas a promover pânico moral e suas intervenções em escolas e espaços legislativos em nome da “defesa da família”, contra a “doutrinação ideológica” e a “erotização das crianças”. A escola, a docência e os currículos foram colocados no centro do debate público, mas a partir de enfoques regressivos, autoritários, antilaicos, familistas, privatistas e discriminatórios (JUNQUEIRA, 2022, p. 43).

Desse modo, defendem que assuntos relacionados a gênero e sexualidade devem ser ensinados em casa pela “família” (tradicional). Quando a realidade das nossas crianças indica que grande maioria não segue esse modelo heteronormativo de “família”. E maioria dos pais não dá abertura para que seja discutido esse assunto, a maioria das meninas nunca teve uma conversa aberta sobre sexualidade, e também não recebem essas informações.

Os professores são denominados “doutrinadores” quando fogem das práticas e assuntos técnicos e exclusivos de suas disciplinas.

Por certo as discussões sobre a Base Nacional Curricular (BNCC) também tiveram influência dos grupos conservadores quando intensificou a retirada das palavras “identidade de gênero” e “orientação sexual” documento que alcançaria todos os alunos em âmbito municipal, estadual e nacional. Outras investidas, são os projetos que tramitam no congresso nacional acerca do Estatuto da família, que estão baseados nos padrões heteronormativos da família tradicional, como único e aceitável. De modo a excluir outras concepções de família.

O alvo principal dessas investidas foram (e ainda são) as escolas, seus corpos docentes, os materiais didáticos, seus currículos. E, entre as mobilizações conservadoras e reacionárias que se valiam do discurso antigênero, aquelas que objetivavam definir os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular¹⁰ estão entre as que conseguiram rápida e fortemente incidir nas políticas educacionais, no governo de Dilma Rousseff ¹¹ e, sobretudo, no de Michel Temer, um franco apoiador dos preceitos da ofensiva (JUNQUEIRA, 2022, p. 50).

Além disso, os conservadores entendem o aluno como uma tábua rasa, através da sua inocência ele é incapaz de pensar por si próprio. E não compreendem a escola como espaço de formação humana. Dessa maneira, são questionados os princípios democráticos que compete ao professor a sua autonomia em sala de aula. São exigências de controle em relação a escola. Com indagações como: o que está sendo ensinado na escola e como? Logo isso se transforma em uma justificativa para intervir nos espaços escolares.

As justificativas que sustentam essas argumentações giram em torno exclusivamente da defesa da família tradicional, por afirmarem que essas ideologias teriam como objetivo de

deturpar as crianças e adolescentes e incentivar a homossexualidade, entre outras teorias conspirantes, que são criadas para criar pânico moral.

Esses absurdos de maneira alguma nunca foram defendidos pelos estudos desenvolvidos acerca de gênero e sexualidade. Mas, foram disseminados pelos grupos conservadores em redes sociais, escolas, igrejas para acusar pânico e evitar transformações sociais que visam promover mudanças nas estruturas sociais.

O acionamento de representações antissistema, anticorrupção e antigênero, aliado à exploração de medos, inseguranças, preconceitos e diferentes graus de decepção e ressentimento em relação às administrações petistas (reforçando um antipetismo, nada recente, que reverbera e atualiza um atávico anticomunismo) (JUNQUEIRA, 2022 p. 50).

Há uma tentativa de culpabilizar os “governos PT” de incentivar essas temáticas na escola. De forma geral aos governantes e militantes das políticas de esquerda. Em razão, desses governos terem promovido visibilidade aos grupos marginalizados, além de terem implementado de políticas públicas, que promovem igualdade, causadas pelas nossas desigualdades sociais. Além dos investimentos na educação pública, assim como nas universidades públicas e institutos federais. A criação de cotas raciais e aprovação de leis que promovem inclusão dos grupos marginalizados. Os educadores, militantes e movimentos sociais entendem essa nova onda conservadora no Brasil como retrocessos nos avanços alcançados a partir de muitas dificuldades.

Também nessa direção, variadas estratégias discursivas e dispositivos retóricos atuaram no cultivo de teorias conspiracionistas, na separação binária entre cidadãos de bem e de mal (SOLANO GALLEGÓ, 2019), na demonização de críticos e adversários (“inimigos da família”, “extremistas”, “corruptos” etc.), na desinformação em massa pelas redes sociais (MELLO, 2020), nas manobras de inversão e na promoção contínua de pânico moral, por meio do qual se buscava alarmar a população sobre a degradação da educação, a “doutrinação ideológica”, a imposição da “ideologia de gênero” e a “erotização precoce das crianças” por parte de professores “ativistas” (JUNQUEIRA, 2022, p.51).

Portanto, a maioria dos professores/as almeja exercer sua autonomia em sala de modo, que não sejam rechaçados e reprimidos ao de tratar temas relativos a gênero e sexualidade na escola. A influência de grupos conservadores nos documentos oficiais, como a (BNCC) projetos contra a abordagens dessas temáticas na escola representa um grave problema para nossa sociedade, em razão dos inúmeros casos de feminicídio e crimes LGBTfóbicos, no geral as violências contra as minorias (pobres, negros, mulheres etc.). Sendo a escola, uma ferramenta essencial para trabalhar estas temáticas, a fim de construir uma sociedade e um país menos violento.

Nesse contexto a escola torna-se um excelente espaço para socialização para serem trabalhadas questões educativas e relacionados a sexualidade. Portanto, a disseminação da ideologia conservadora está se tornando a “onda” do momento, disseminando discursos que criminalizam o discurso de sexualidade na escola, usando a moral religiosa para justificar de maneira irracional, os comportamentos relacionados a sexualidade, o Brasil está partindo para uma ideologia que pode ser prejudicial para as futuras gerações.

A maioria dos professores enfrentam algumas dificuldades ao iniciarem uma discussão sobre gênero e sexualidade, com seus alunos diante desses limites que são impostos de forma institucionalizada. Ao reconhecer os cerceamentos existentes sobre as relações de gênero na nossa sociedade, somos todos desafiados a não nos conformar com as pressões e acomodações impostas à escola e aos educadores. As limitações que nos cercam diante dessa temática abrangem tanto aos materiais didáticos com representações dos corpos de maneira biológica e não abrange as questões afetivas e culturais. Quanto nas discussões no sentido biológico que ainda assim, precisam da autorização dos pais dos para serem trabalhados em sala de aula. Por isso alguns professores estão se integrando em grupos de pesquisas, assim como participando de debates e tem buscado se especializar no tema para tratar a temática em sala de aula, proporcionando aos seus alunos uma aula que vai além das visões puramente biológicas, além do mais adquirindo conhecimentos teóricos e científicos. Pois os espaços acadêmicos possibilitam que os professores compreendam outras metodologias para desenvolver a temática. E se sintam mais preparados para as novas identidades sociais, que envolvem uma nova estrutura social. Podemos evidenciar também um crescimento significativo no aumento das produções de pesquisas de gênero, sexualidade e homossexualidades. Assim, mesmo diante do cenário complexo em que estamos vivendo, em que o avanço de pautas conservadoras tem incidido também sobre a escola, as resistências pelos professores também têm crescido, a medida em que se encontram em uma situação de violência nos espaços escolares. As experiências práticas adquiridas nas relações de sala de aula são fatores determinantes, em razão das movimentações e consolidação destes saberes. Alguns professores estão na luta em defesa das diversidades através de eventos, grupos de pesquisas e debates on-line, podemos citar a Revista Diversidade e Educação. Que tem instruído muitos professores sobre as questões de gênero e sexualidade. E também evidenciam essas resistências através dos trabalhos nas escolas, por parte de professoras e professores comprometidos com uma educação antirracista, antisexistista, antihomofóbica, através dessas experiências encontraremos professores que não se deixam intimidar pelas pressões que são estipuladas tanto pela escola, família e igreja. E que não deixam seus alunos sem acesso a

saberes tão necessários e de acolhimentos que poderão fazer toda a diferença na vida de tantos. Nos levando a acreditar nas resistências às imposições que nos cercam, exercitando a liberdade de um movimento que nos permite visualizar a transformação no espaço escolar.

5. Considerações finais

As concepções conservadoras temem as mudanças no ordenamento das estruturas sociais, visto que, elas geram melhoramentos reais para as classes trabalhadoras. É importante ressaltar que o pensamento conservador ao debaterem assuntos no campo político estão sempre contrários às minorias. Temas como direitos sexuais, reprodutivos, e diversidade sexual estarão continuamente sendo alvo dos discursos e da retórica conservadora.

Dessa forma, o conservadorismo, se fortaleceu no campo educacional a partir de grupos religiosos, ou melhor, da ação de bancadas religiosas organizadas na política. Nesse sentido, é evidente, que o processo de exclusão das palavras “identidade de gênero” “orientação sexual” fazem com que as práticas conservadoras ocupem uma posição de poder que acarreta danos aos processos de formação indenitária dos alunos de forma geral, e que na maioria das vezes são vitimados por esses processos em função daquilo que é instituído. Por esse motivo o aluno sente-se excluído discriminado e estigmatizado, o que pode acabar por intervir negativamente na construção do seu eu enquanto sujeito.

É, então, no âmbito cultural e histórico que definem as identidades sociais, nesse sentido torna-se evidente que a construção da sexualidade nos sujeitos é constituída em toda a sua realidade, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

Diante disso torna-se evidente que o tema sexualidade envolve diversas instâncias da sociedade, é um assunto que passou a ser incorporado no currículo escolar e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois a escola é uma das instituições onde se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade. Assim, a sexualidade sendo “negócio de estado” e enfrenta “controles e vigilâncias” constantes pois essas implicâncias estariam relacionadas ao pensamento conservador. Dessa maneira os professores também serão alvos dessas investidas uma vez que essas temáticas envolvem suas práticas em sala de aula.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022.

COLLING, Ana Maria. Escola como lugar da diversidade: educação, gênero e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira; BOER, Rafael de Albuquerque (Orgs.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 703 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**. vol. 1, nº 43, set.-dez. 2018. pp. 449-502 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf> Acesso em: 05.05.2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A agenda antigênero como diretriz das políticas de Estado: o caso da educação. In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira; BOER, Rafael de Albuquerque (Orgs.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 703 p.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: WEEKS, Jeffrey; BRITZMAN, Deborah; HOOKS, bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith (Orgs.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Ed. Autêntica, 2000.

LOCKMANN, Kamila. A erosão da democracia e a emergência de uma formação neofascista no Brasil contemporâneo. In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira; BOER, Rafael de Albuquerque (Orgs.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2022. 703 p.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Encontros com o GESE: relato de uma experiência In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira; BOER, Rafael de Albuquerque (Orgs.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 703 p.

SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denize. **Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar**. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019.